



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

Estado de Minas Gerais

## LEI Nº 1.155, DE 10 DE JULHO DE 2014.

Estabelece Diretrizes de elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2015, estabelece procedimentos na execução orçamentária e dá outras providências.

O Povo do Município de Areado, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2015 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Estadual, Lei Complementar nº 101/2000 que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal no que for a ela pertinente, Lei 4.320/64 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, Lei Orgânica do.

Art. 2º Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município de Areado, relativo ao exercício de 2015, não podendo o montante das despesas ser superior ao das receitas e serão orçadas com base nos preços vigentes em agosto do presente exercício.

Art. 3º A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I – prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II – austeridade na gestão dos recursos públicos;

III – modernização na ação governamental.

Art. 4º Para fins de cumprimento do disposto no artigo 4º, I, “b”, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, se observado que as receitas para cumprimento das metas não forem suficientes, o Executivo Municipal adotará providências para contenção de despesas, limitação de empenho e movimentação financeira, obedecendo para realização das mesmas as prioridades constantes na presente Lei, observado a ordem cronológica de sua execução.

Art. 5º Os projetos em fase de execução e as despesas com a conservação do Patrimônio Público, terão prioridade sobre novos projetos.

Art. 6º O pagamento do serviço da dívida e seus encargos terá prioridade sobre as ações de expansão, incluindo as seguintes ações:

I - pagamento de sentenças judiciais em cumprimento o que dispõe o art. 100 e parágrafos da Constituição Federal;

II - pagamento de pessoal e encargos sociais;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

III - manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - manutenção dos programas de saúde;

V - fomento à agropecuária;

VI - recursos para a manutenção da atividade administrativa operacional;

VII - contrapartida de programas pactuados em convênio;

VIII – fomento a economia em geral.

Art. 7º O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme dispõe o artigo 212, da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Art. 8º O Município aplicará, na saúde, o percentual mínimo de 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se referem o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, I, “b” e § 3º, da Constituição Federal.

Art. 9º A proposta orçamentária somente consignará produto das operações de créditos prévia e especificamente autorizadas pelo Legislativo, com destinação específica e vinculadas a projeto.

Art. 10. O Poder Executivo tendo em vista a capacidade financeira do Município e o Plano Plurianual para o exercício de 2015, procederá à seleção das prioridades e as orçará a preços de agosto de 2014, podendo incluir programas não elencados, financiados com recursos próprios e de outras esferas do governo, desde que autorizadas por lei.

Art. 11. Os valores orçamentários serão calculados com a consideração da previsão de perda do valor da moeda entre os períodos de agosto a dezembro de 2012 e de janeiro a dezembro de 2013 pelo índice INPC – IBGE.

Art. 12. O Poder Executivo desenvolverá programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, segurança pública, agropecuária, cooperativismo, comunicação, eletrificação urbana e rural, administração, meio ambiente, esporte, lazer, turismo e recursos humanos.

Parágrafo único. Para desenvolvimento dos programas estabelecidos no “caput” deste artigo, poderá o Executivo Municipal, firmar convênios com outras esferas de governo, atendidas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente estabelecendo as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, através dos Órgãos de Controle e dos respectivos Conselhos instituídos em lei.

## CAPITULO II DA RECEITA

Art. 13. Constituem as receitas do Município, observados os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, aquelas provenientes de:

I – tributos e contribuições de sua competência;

II – atividades econômicas que por conveniência possam vir a ser executadas pelo Município;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

III – transferências por força de mandato constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e/ou privadas;

IV – operações de crédito vinculados a obras, serviços públicos e autorizadas em lei;

V – transferências oriundas de Fundos instituídos pelo Governo Estadual e Federal;

VI – receitas de qualquer natureza, geradas ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades ou fundos da administração municipal;

VII – alienação de ativos municipais autorizados por Lei;

VIII – multas e juros oriundos de tributos municipais e da dívida ativa;

IX – transferências voluntárias de outro Ente da Federação, admitida contrapartida por parte do Município, observados os preceitos do artigo 25, da Lei Federal 101/2000;

X – demais receitas de competência do município.

Parágrafo único. A receita proveniente da alienação de bens será obrigatoriamente aplicada em despesas de capital, sempre que possível, no exercício em que realizar-se.

Art. 14. Na estimativa das receitas serão considerados:

I - a legislação tributária e os efeitos decorrentes das modificações previstas para o exercício;

II – fatores que influenciam nas arrecadações de tributos;

III – fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;

IV – atualização monetária e o crescimento econômico previsto para o exercício de 2015;

V – a média da receita arrecadada nos três últimos exercícios;

VI - qualquer outro fator relevante que possa influenciar a arrecadação de receitas;

VII – a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

VIII – a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

IX – a expansão do número de contribuintes;

X – a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

Parágrafo único. A estimativa da receita de transferências terá como base, sempre que possível, a informação de órgãos governamentais do Estado e/ou União.

Art. 15. O Poder Executivo verificará ao final de cada bimestre se a receita arrecadada comportará o cumprimento das metas previstas para o exercício de 2015.

Parágrafo único. Ocorrendo insuficiência da receita para o cumprimento das metas, as despesas serão reduzidas pelo Poder Executivo proporcionalmente à redução verificada.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

Art. 16. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes na Proposta Orçamentária.

## CAPITULO III DAS DESPESAS

Art. 17. As prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridos a cada exercício são os contidos no plano Plurianual, nesta lei, na lei orçamentária anual, acrescidos daqueles previstos e não cumpridos no exercício anterior.

§ 1º Na definição das despesas municipais serão consideradas aquelas destinadas à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do município e a solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando em conta:

I – a carga de trabalho estimada para o exercício de 2015;

II – os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;

III – a receita de serviço quando este for remunerado;

IV – a projeção de gastos com pessoal com base no plano de cargos e carreiras da administração direta de ambos os poderes, com os agentes políticos e as obrigações patronais;

V - a prioridade de obra para o atendimento das demandas da população;

VI – o patrimônio do Município, suas dívidas e encargos;

VII - as metas constantes do plano plurianual e das metas anuais conforme demonstrativo I do anexo de metas fiscais.

§ 2º No exercício de 2015, é vedada a criação, expansão ou o aperfeiçoamento de programa de trabalho que acarrete aumento de despesa sem a verificação de seu impacto orçamentário e financeiro e a compatibilidade com o plano plurianual.

I - consideram-se despesas irrelevantes, para os fins desta lei e em atendimento ao § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, aquelas cujos valores não ultrapassem, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 18. Na programação de investimentos de ambos os Poderes serão observados os seguintes princípios:

I – os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos;

II – não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotações destinadas a investimentos que tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira comprovada, ressalvados aqueles de caráter emergencial e/ou aqueles cujo alcance se mostre mais abrangente, nesta Lei.

Art. 19. Não poderão ser programadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recurso.

Art. 20. Na fixação de despesas para o exercício de 2015 em relação à aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino será observado o seguinte:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

Estado de Minas Gerais

I – 25% calculados sobre a arrecadação própria de impostos, arrecadação da dívida ativa tributária de impostos e as respectivas multas e juros incidentes;

II – 20% calculados sobre as transferências constitucionais que serviram de base de cálculo para formação do FUNDEB.

Art. 21. É vedada a realização de despesas em valores superiores às receitas, exceto quando ficar comprovada que a fonte de recursos é derivada de superávit financeiro ou de excesso de arrecadação.

## CAPÍTULO IV DAS DESPESAS DE PESSOAL

Art. 22. As despesas com pessoal ativo e inativo, ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida com a repartição prevista no artigo 20 inciso III da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a saber: 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo e 6% (seis por cento) para o Legislativo.

§ 1º Entende-se por “Receitas Correntes Líquidas”, para efeito de limite do presente artigo, o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

§ 2º O limite estabelecido para as despesas com pessoal de ambos os poderes de que trata este artigo, abrange os gastos nas seguintes despesas:

I – vencimentos e vantagens fixas e variáveis;

II – obrigações patronais;

III – subsídios dos agentes políticos (Prefeitos, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais);

IV – mão-de-obra terceirizada, que se referem a substituição de servidores e empregados públicos, devidamente autorizada por Lei;

V – serviços extraordinários até o limite de 8% do montante dos vencimentos base pagos relativo ao mês anterior;

VI – proventos de aposentadorias e pensões.

§ 3º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários ou dos determinados pelo Governo Federal, a criação de cargos, empregos ou funções de confiança no quadro de pessoal, a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta, bem como entidades, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício.

## CAPÍTULO V DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 23. A concessão de ajuda financeira será precedida de assinatura de convênios, com entidades legalmente constituídas, sem fins lucrativos e de utilidade pública, inclusive intermunicipais,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, agropecuária, cooperativismo, esporte, lazer, turismo, conselhos municipais diversos, associações de bairros e sociais, micro-regionais, meio ambiente, serviços e sindicais desde que os recursos sejam aplicados em programas de interesse público, cujas leis autorizativas serão consolidadas na Lei Orçamentária.

§ 1º Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo dos planos de aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º Os prazos para a prestação de contas são os fixados em lei e nos casos omissos pelo Poder Executivo, e dependendo do plano de aplicação, o prazo não poderá ultrapassar os 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

§ 4º Só serão repassadas subvenções às entidades que apresentarem relação dos serviços que colocarão à disposição do Município.

Art. 24. Os fundos especiais terão seus orçamentos em separado, os quais serão consolidados na lei orçamentária do Município.

Art. 25. Na proposta orçamentária constarão as seguintes autorizações, a serem observadas por ambos os poderes e fundos especiais:

I – a abertura de créditos suplementares e especiais será feita por decreto, após autorização legislativa, observada as disposições da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. A abertura de crédito adicional especial será autorizada prévia e especificamente em lei a cada necessidade.

## CAPÍTULO VI DAS DESPESAS COM O PODER LEGISLATIVO

Art. 26. As despesas do Poder Legislativo constarão no Orçamento do Município:

§ 1º A proposta parcial do Poder Legislativo, encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de agosto de 2014, será consolidada no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015.

§ 2º A despesa com a remuneração dos vereadores atenderá ao que dispõe a Emenda Constitucional nº 25/2000.

Art. 27. A entrega de recursos financeiros à Câmara Municipal, para atender ao disposto no art. 29A e nos incisos I e III do § 2º da Constituição Federal, será realizada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total das despesas destinadas ao Poder Legislativo, até o dia 20 de cada mês.

Parágrafo único. Caso necessário e mediante comunicação prévia por parte do Poder Legislativo, no mês de janeiro será adiantada, até o dia 10, parte do repasse mensal a fim de cobrir as primeiras despesas do mês.

## CAPÍTULO VII DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

Art. 28. O orçamento municipal consignará reserva de contingência em percentual não superior a 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre a receita corrente líquida, para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## CAPÍTULO VIII DOS RESTOS A PAGAR

Art. 29. É vedado aos titulares dos Poderes Executivo e Legislativo, nos dois últimos quadrimestres de seus respectivos mandatos, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte e para as quais não haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 30. O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 31 de julho ao Legislativo Municipal a projeção da receita do exercício para os fins da elaboração da proposta orçamentária do Legislativo e a previsão da receita do Município para 2015, em obediência ao artigo 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 31. O Projeto de Lei Orçamentária será enviado à Câmara Municipal até 30 de setembro, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o em seguida para a sanção.

Art. 32. A Lei Orçamentária não consignará:

I – crédito com finalidade imprecisa ou ilimitada;

II – dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que o autorize;

III – concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, exceto quando o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança ou quando acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e explicação de medida de compensação.

Art. 33. Atos que criarem ou aumentarem despesas de caráter continuado deverão ser instruídos com estimativa que demonstrem recursos para o seu custeio, bem como impacto orçamentário.

Art. 34. Publicados os Orçamentos em até 30 dias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com especial obediência ao que dispõe o § 2º do artigo 29A da Constituição Federal.

Art. 35. Faz parte integrante desta lei o Anexo de Riscos Fiscais, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Prioridades e Metas para o exercício de 2015.

Art. 36. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Areado, em 10 de julho de 2014.

RUBENS VINÍCIUS BORNELLI  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

NICÁCIO PIO DE FARIA

Secretário-Geral



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

Estado de Minas Gerais

## ANEXO DE RISCOS FISCAIS

2015

### DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art. 4º, §3º)

R\$ 1,00

Passivos Contingentes		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas (Epidemias)	30.000,00		30.000,00
Epidemias	20.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	20.000,00
Enchentes (Familias Vítimas)	10.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	10.000,00
Outros Passivos Contingentes			
<b>Subtotal</b>	<b>30.000,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>30.000,00</b>

Demais Riscos Fiscais Passivos		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação de Receitas Tributárias	20.000,00	Limitação de empenho	20.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>Subtotal</b>	<b>20.000,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>20.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Defesa Civil)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

## Estado de Minas Gerais

### ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2015

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	VALOR CORRENTE	VALOR COSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE	VALOR COSTANTE	%PIB	VALOR CORRENTE	VALOR COSTANTE	%PIB
RECEITA TOTAL	27.142.174,50	23.982.825,39	0,442%	28.434.659,00	23.469.967,54	0,443%	29.727.143,50	22.806.664,49	0,463%
RECEITAS PRIMARIAS (I)	26.942.674,50	23.806.547,19	0,439%	28.225.659,00	23.297.458,94	0,440%	29.508.643,50	22.639.031,29	0,460%
DESPESA TOTAL	27.134.824,50	23.976.330,93	0,442%	28.426.939,00	23.463.595,45	0,443%	29.719.037,50	22.800.445,57	0,463%
DESPESAS PRIMARIAS (II)	26.775.199,50	23.658.566,28	0,436%	28.049.332,75	23.151.919,25	0,437%	29.322.523,19	22.496.239,79	0,457%
RESULTADO PRIMARIO (III) = (I-II)	167.475,00	147.980,91	0,003%	176.326,25	145.539,69	0,003%	186.120,31	142.791,50	0,003%
RESULTADO NOMINAL	(326.565,39)	(288.553,17)	0,005%	(333.732,53)	(275.462,83)	-0,005%	(344.163,96)	(264.042,59)	-0,005%
DIVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	(1.050.135,78)	(927.899,98)	-0,017%	(1.383.868,31)	(1.142.244,91)	-0,022%	(1.728.032,28)	(1.325.746,36)	-0,027%
DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(257.703,97)	(227.707,22)	0,004%	(749.922,86)	(618.986,33)	0,012%	(1.220.875,91)	(936.656,00)	-0,019%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
PIB real (crescimento % anual)	3,0	3,0	3,0
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)			
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)			
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,5	4,5	4,5
Projeção do PIB do Estado – R\$ milhares	6.139.600,00 0,00	6.415.882,00 0,00	6.415.882.000,00

Fonte: <http://www.sede.mg.gov.br> <http://www.planalto.gov.br>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

Estado de Minas Gerais

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ANEXO DE METAS FISCAIS

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

### MEMORIA DE CÁLCULO DA RECEITA E DA DESPESA

2015

RECEITAS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Receita Total</b>	<b>21.353.109,15</b>	<b>21.311.987,84</b>	<b>28.846.290,73</b>	<b>27.142.174,50</b>	<b>28.434.659,00</b>	<b>29.727.143,50</b>	<b>31.213.200,17</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>21.883.922,17</b>	<b>23.939.818,16</b>	<b>28.065.511,40</b>	<b>29.468.872,27</b>	<b>30.874.247,14</b>	<b>32.277.622,01</b>	<b>33.891.503,10</b>
Receita Tributária	1.198.330,90	1.454.349,63	1.356.800,00	1.425.140,00	1.492.480,00	1.562.820,00	1.640.961,00
Receita Patrimonial	129.930,65	105.752,92	150.000,00	157.500,00	165.000,00	172.500,00	181.125,00
Receita de Serviços	76.822,53	85.752,25	110.000,00	115.500,00	121.000,00	126.500,00	132.825,00
Transferências Correntes	20.321.424,24	22.107.426,60	25.717.527,00	27.003.403,35	28.289.279,70	29.575.156,05	31.053.913,85
Outras Receitas Correntes	157.413,85	186.536,76	731.184,40	767.328,92	806.487,44	840.645,96	882.678,25
<b>Deduções de Transferências Correntes</b>	<b>2.069.200,00</b>	<b>3.028.126,67</b>	<b>3.594.807,40</b>	<b>3.774.647,77</b>	<b>3.956.488,14</b>	<b>4.136.328,51</b>	<b>4.343.144,93</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.538.386,98</b>	<b>400.296,35</b>	<b>4.375.586,73</b>	<b>1.447.950,00</b>	<b>1.516.900,00</b>	<b>1.585.850,00</b>	<b>1.664.842,00</b>
Operações de Credito		-	350.000,00	-	-	-	-
Alienações de Bens	34.308,12	19.381,43	40.000,00	42.000,00	44.000,00	46.000,00	48.000,00
Transferências de Capital	1.451.276,51	324.970,03	3.874.586,73	1.289.400,00	1.350.800,00	1.412.200,00	1.482.810,00
Outras Receitas de Capital	52.802,35	55.944,89	111.000,00	116.550,00	122.100,00	127.650,00	134.032,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

Estado de Minas Gerais

DESPESAS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Despesa Total</b>	<b>21.811.928,51</b>	<b>20.611.923,97</b>	<b>28.846.290,73</b>	<b>27.142.174,50</b>	<b>28.434.659,00</b>	<b>29.727.143,50</b>	<b>31.213.200,17</b>
<i>Despesas Correntes</i>	<b>19.776.750,88</b>	<b>19.815.185,98</b>	<b>23.840.694,00</b>	<b>25.686.874,50</b>	<b>26.910.039,00</b>	<b>28.133.187,50</b>	<b>29.539.843,17</b>
Pessoal e Encargos	10.603.014,43	11.273.920,49	12.543.092,00	13.170.246,60	13.828.758,93	14.520.196,87	15.246.206,71
Juros e Encargos da Dívida	6.900,02	29.906,32	44.500,00	46.725,00	49.061,25	51.514,31	54.090,02
Outras Despesas Correntes	9.166.836,43	8.511.359,17	11.253.102,00	12.469.902,90	13.032.218,82	13.561.476,32	14.239.546,44
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.035.177,63</b>	<b>796.737,99</b>	<b>4.998.596,73</b>	<b>1.447.950,00</b>	<b>1.516.900,00</b>	<b>1.585.850,00</b>	<b>1.664.842,00</b>
Investimentos	1.785.709,94	499.209,51	4.700.596,73	1.135.050,00	1.188.355,00	1.240.850,00	1.302.592,00
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortizações da Dívida	249.467,69	297.528,48	298.000,00	312.900,00	328.545,00	345.000,00	362.250,00
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.000,00</b>	<b>7.350,00</b>	<b>7.720,00</b>	<b>8.106,00</b>	<b>8.515,00</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Controle Interno



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

## Estado de Minas Gerais

### MUNICÍPIO DE AREADO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MEMORIA DE CALCULO DA DIVIDA E RESULTADO NOMINAL 2015

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Divida Pública Consolidada</b>	<b>1.238.174,71</b>	<b>940.646,23</b>	<b>752.516,98</b>	<b>602.013,59</b>	<b>481.610,87</b>	<b>385.288,70</b>	<b>308.230,96</b>
Dívida Mobiliaria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	1.238.174,71	940.646,23	752.516,98	602.013,59	481.610,87	385.288,70	308.230,96
<b>Deduções</b>	<b>400.414,38</b>	<b>993.330,31</b>	<b>1.198.902,52</b>	<b>1.414.366,70</b>	<b>1.641.777,75</b>	<b>1.883.289,47</b>	<b>2.141.175,11</b>
Ativo Disponível	1.809.388,48	1.521.943,06	1.674.137,37	1.841.551,10	2.025.706,21	2.228.276,83	2.451.104,52
Haveres Financeiros	6.468,41	4.305,24	4.391,34	4.479,17	4.568,76	4.660,13	4.753,33
( - ) Restos a Pagar Processados	1.415.442,51	532.917,99	479.626,19	431.663,57	388.497,21	349.647,49	314.682,74
<b>Divida Consolidada Líquida</b>	<b>837.760,33</b>	<b>(52.684,08)</b>	<b>(446.385,54)</b>	<b>(812.353,12)</b>	<b>(1.160.166,88)</b>	<b>(1.498.000,78)</b>	<b>(1.832.944,15)</b>
Receita Privatizações	-	-	-	-	-	-	-
( - ) Passivos Reconhecidos	1.238.174,71	940.646,23	752.516,98	602.013,59	481.610,87	385.288,70	308.230,96
<b>Dívida Fiscal Líquida</b>	<b>(400.414,38)</b>	<b>(993.330,31)</b>	<b>(1.198.902,52)</b>	<b>(1.414.366,70)</b>	<b>(1.641.777,75)</b>	<b>(1.883.289,47)</b>	<b>(2.141.175,11)</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(400.414,38)</b>	<b>(592.915,93)</b>	<b>(205.572,21)</b>	<b>(215.464,18)</b>	<b>(227.411,05)</b>	<b>(241.511,72)</b>	<b>(257.885,64)</b>

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

## Estado de Minas Gerais

### ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2015

AMF - DEMONSTRATIVO II (LRF, art. 4º, § 2º, I)

Discriminação					Variação	
	Metas Previstas em 2013 (A)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (B)	% PIB	Valor C = (B-A)	% (c/a) x 100
Receita Total	24.005.770,00	0,010%	21.311.987,84	0,009%	(2.693.782,16)	-11,22%
Receitas Primárias (I)	23.702.597,00	0,010%	21.186.853,49	0,009%	(2.515.743,51)	-10,61%
Despesa Total	24.005.770,00	0,010%	20.611.923,97	0,009%	(3.393.846,03)	-14,14%
Despesas Primárias (II)	23.689.770,00	0,010%	20.284.489,17	0,008%	(3.405.280,83)	-14,37%
Resultado Primário (III) = (I – II)	12.827,00	0,000%	902.364,32	0,000%	889.537,32	6934,88%
Dívida Consolidada	12.827,00	0,000%	902.364,32	0,000%	889.537,32	6934,88%
Resultado Nominal	(1.560.797,84)	-0,001%	2.935.964,84	0,001%	4.496.762,68	-288,11%
Dívida Pública Consolidada	990.539,77	0,000%	1.238.174,71	0,001%	247.634,94	
Dívida Consolidada Líquida	266.969,37	0,000%	837.227,44	0,000%	570.258,07	213,60%

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2013

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR – R\$ milhares</b>
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2012	5.004.817.497,17



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

## Estado de Minas Gerais

### ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
02.01.01	Gabinete do Prefeito	Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito	Aquisição de veículo para manutenção das atividades relacionadas ao Gabinete do Prefeito	45.000,00
		Manutenção do Transporte Coletivo	Implantação do transporte coletivo no município	80.000,00
		Manutenção da Segurança pública	Implantação da Guarda Municipal	100.000,00
02.04	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de equipamentos para manutenção das atividades e serviços da Secretaria de Administração e Fazenda.	75.000,00
02.05.02	Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer - Ensino Fundamental	Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de veículos para fins de manutenção regular das atividades relacionadas à educação municipal	80.000,00
		Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de mobília (carteiras, computadores, armários, fogões, geladeira, freezer, mesas, cadeiras, quadros, bebedouros, etc).	180.000,00
		Manutenção do Ensino Fundamental	Doação de uniformes escolares para as Escolas do Ensino Fundamental do município	100.000,00
02.05.03	Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer - Ensino Infantil	Aquisição de Bens Móveis	Aquisição de bens móveis para fins de utilização no suporte ao desenvolvimento da Educação Infantil.	15.000,00
		Manutenção do Ensino Infantil	Doação de uniformes escolares para as Escolas do Ensino Infantil do município	80.000,00
		Construção de Centro de Educação Infantil	Construção de Centro de Educação Infantil – Caso as obras não encerrarem no ano anterior	500.000,00
02.05.05	Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer – Ensino Superior e Profissionalizante	Incentivo ao Ensino Profissionalizante	Auxílio financeiro aos estudante de cursos profissionalizantes fora do município	20.000,00
		Manutenção do Ensino Superior	Auxílio financeiro aos alunos de cursos superiores fora do município	50.000,00
02.05.06	Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer	Manutenção da Prática Esportiva	Cobertura das Quadras Esportivas Municipais	100.000,00
		Reforma do Poliesportivo Wenerando Braz d Silveira	Reforma do Poliesportivo Wenerando Braz d Silveira	510.000,00
02.06.01	Saúde	Construção de Unidade Básica de Saúde	Construção de Unidade Básica de Saúde – Caso as obras não se encerrem no ano anterior.	500.000,00
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de veículos e outros bens móveis para fins de manutenção regular das atividades relacionadas à saúde municipal	100.000,00
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de uma UTI Móvel e um Ambulatório Móvel	350.000,00
02.06.02	Fundo Municipal de Saúde	Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de bens móveis para	50.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

## Estado de Minas Gerais

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
			manutenção das atividades e programas ligados à saúde bucal, domiciliar, vigilância epidemiológica e atendimentos ambulatoriais.	
02.07.01	Ação Social			
		Construção do CRAS	Construção do Centro de Referência em Assistência Social no Bairro São Vicente – Caso as obras não se encerrem no ano anterior	300.000,00
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de bens móveis para fins de manutenção das atividades do novo CRAS	30.000,00
02.08.01	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos			
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de bens móveis para fins de manutenção das atividades da secretaria e do almoxarifado. Aquisição de um motossoldador 110/220 c/ partida elétrica 10 cv	80.000,00
		Abertura e Pavimentação de Ruas a Avenidas	Manutenção das atividades de melhoria da Infra-estrutura urbana nas vias e logradouros urbanos, inclusive a abertura de uma avenida que liga a Avenida José Carlos Vieira da Silveira ao Bairro do Rosário	150.000,00
		Aquisição de Bens Móveis para Manutenção da Limpeza Pública	Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para fins de manutenção das atividades de limpeza pública.	120.000,00
		Implantação da Unidade Municipal de Gestão Energética	Implantação da Unidade Municipal de Gestão Energética	300.000,00
		Aquisição de Equipamentos para a Unidade Energética	Aquisição de bens móveis para fins de manutenção das atividades da secretaria e do almoxarifado	40.000,00
		Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica	Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica	30.000,00
		Ampliação da Rede de Captação da Rede de Águas Pluviais	Manutenção das atividades de melhoria da infra-estrutura urbana de saneamento básico urbano	20.000,00
		Construção da Estação de Tratamento de Esgoto	Manutenção das atividades de preservação do meio ambiente e de saneamento básico urbano	50.000,00
		Manutenção da Torre de TV	Aquisição de bens móveis para fins de manutenção dos serviços de telecomunicações de TV	10.000,00
		Aquisição de Terreno	Aquisição de Terreno para construção de um Distrito Industrial	100.000,00
		Construção de Pontes	Construção de Ponte, que liga o Residencial Alto do Cruzeiro ao Jardim Monte Verde	100.000,00
		Manutenção de Ruas e Avenidas	Construção de passeio para pedestres na Rua Alfenas sobre Córrego Preto	50.000,00
		Manutenção da Iluminação Pública	Iluminação dos Bairros Rurais	100.000,00
		Reforma/Construção de praças, parques e jardins	Construção da Praça São José, Parque da Colina e Cidade Nova e Reforma da Praça do Centro da Cidade	470.000,00
		Manutenção da Zona Rural	Aquisição de 5 parques infantis para a Zona Rural	500.000,00
02.08.02	Fundo Municipal de Habitação			
		Habitações Urbanas	Manutenção das atividades de obras e aquisição de imóveis para suprir o déficit habitacional local	177.000,00
		Aquisição de Bens Imóveis	Aquisição de terreno para construção de casas populares para suprir o déficit da habitacional local	150.000,00
02.09.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo			
		Manutenção da Banda de Música e Teatro Municipal	Aquisição de equipamentos para banda de música e contratação de um maestro	12.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

Código Unidade	Unidade/Sub-unidade orçamentária	Projeto/Atividade	Finalidade	Valor
		Equipamentos e Material Permanente	Aquisição de bens móveis para fins de manutenção das atividades da Secretaria de Cultura e Turismo	10.000,00
		Manutenção do Fundo Municipal de Turismo	Manutenção do Manutenção do Fundo Municipal de Turismo para recebimento do ICMS Turístico	350.000,00
02.11.01	Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente			
		Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbana	Contratação de Empresa para tratamento e destinação final do lixo municipal	200.000,00
		Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbana	Transporte do Lixo Urbano até a empresa que fará o tratamento e a destinação final.	200.000,00
		Aquisição de Máquinas para a agricultura cafeeira	Aquisição de 3 secadores de café para: 2 para o Sindicato dos Produtores Rurais de Areado, um de 5.000 litros e outro de 7.500 litros e 1 para a Associação AMBACC, e uma máquina de beneficiar café para o Sindicato dos Produtores Rurais de Areado	450.000,00
		Construção de Horta Comunitária	Construção de Horta Comunitária	25.000,00
		Aquisição de Máquinas Agrícolas	Aquisição de um trator e uma encanteiradeira com adubadeira para a horta comunitária e 3 tratores para as Associações Rurais	500.000,00
		Subvenção do Sindicato Rural de Areado	Subvenção ao Sindicato Rural de Areado para manutenção do recinto de leilões rurais	25.000,00